



Diálogos

ISSN 2177-2940



Coligação de elites estaduais e ação eleitoral de opositoristas: os processos de criação e dissolução do Partido Democrático Paranaense (1926-1927).

 <https://doi.org/10.4025/dialogos.v25i1.47325>

Sandro Aramis Richter Gomes

 <http://orcid.org/0000-0002-6790-4958>

Universidade Federal do Paraná, Brasil. E-mail: argomes8@gmail.com

Coalition of regional elites and electoral action of oppositionists: the process of the implantation and dissolution of the Democratic Party of Paraná (1926-1927).

Abstract: This article investigates the processes of formation and extinction of the Democratic Party of Paraná, between the years 1926 and 1927. First, it is evident that the management of such a union was controlled by veteran politicians who had belonged to the ruling party. Second, it must be shown that this party did not obtain unrestricted support from members of the oppositionist group in the state. Third, the difficulty of forming a broad electoral base and the death of its main leadership led to the dissolution of this party.

Key words: Democratic Party; Political elites; Regional opposition; State of Paraná.

Coligación de las élites regionales y acción electoral de opositoristas: los procesos de la implantación y disolución del Partido Democrático Paranaense (1926-1927).

Resumen: El presente artículo contiene una investigación sobre los procesos de formación y extinción del Partido Democrático del Paraná. Tales procesos ocurrieron entre los años de 1926 y 1927. En primer lugar, se pone de manifiesto que la gestión de tal gremio fue controlada por veteranos de la política que habían integrado lo partido del gobierno. Segundo, hay que demostrar que el Partido Democrático obtuvo irrestricto apoyo de los integrantes del campo opositor. Tercero, la dificultad de formar una amplia base electoral y la muerte de su líder generaron la disolución de ese partido.

Palabras clave: Elites políticas; Estado de Paraná; Oposición regional; Partido Democrático Paranaense.

Coligação de elites estaduais e ação eleitoral de opositoristas: os processos de criação e dissolução do Partido Democrático Paranaense (1926-1927).

Resumo: O presente artigo comporta uma investigação sobre os processos de formação e extinção do Partido Democrático Paranaense. Tais processos ocorreram nos anos de 1926 e 1927. Há três argumentos sustentados no neste trabalho. Primeiro, é evidenciado que a gestão de tal agremiação foi controlada por políticos veteranos que haviam pertencido ao situacionismo estadual. Segundo, cumpre demonstrar que essa grei não obteve irrestrita adesão de membros do campo opositorista no estado. Terceiro, a dificuldade de formar ampla base eleitoral e a morte de sua principal liderança geraram a dissolução desse partido.

Palavras-chave: Elites políticas; Estado do Paraná; Oposição regional; Partido Democrático Paranaense.

Recebido em: 03/04/2019

Aprovado em: 08/05/2020

Introdução

O presente artigo comporta uma investigação acerca dos processos de formação e dissolução do Partido Democrático Paranaense (PDP). Tais processos ocorreram ao longo dos anos de 1926 e 1927. O objetivo central deste estudo é a produção de um conhecimento sobre os fatores que provocaram a rápida extinção de um partido estadual de oposição nos anos finais da Primeira República.

A análise aqui empreendida permite o conhecimento dos fatores que levaram um segmento dos oposicionistas do Paraná a fundar um partido que se reconhecia, por força de suas propostas, coligado a agremiações congêneres que funcionavam em outros estados. Ao mesmo tempo, tal análise propicia uma compreensão sobre a natureza dos impasses e interesses políticos que ocasionavam, no Paraná dos anos 1920, o desaparecimento dos partidos de oposição.

Há três argumentos sustentados neste artigo. Primeiro, cumpre salientar que a implantação do PDP foi uma iniciativa liderada por políticos veteranos que pertenceram ao campo político situacionista. A fundação dessa grei, portanto, foi uma iniciativa destinada a permitir que tais veteranos permanecessem politicamente ativos. A criação do PDP não foi marcada pela emergência de uma nova geração de lideranças oposicionistas. Ao contrário, os próceres dessa agremiação eram indivíduos que, desde os anos 1910, controlavam os efêmeros partidos de oposição que existiram no Paraná.

O segundo argumento afirma que o PDP não teve êxito em unir, por longo período, as principais lideranças do campo oposicionista no Paraná. A disputa por posições na gestão da grei e a competição para atingir a condição de candidato do partido à Câmara dos Deputados minaram as chances de os oposicionistas permanecerem próximos. Cumpre salientar, assim, que a coexistência de distintas ambições eleitorais influenciou para dificultar uma consistente unidade interna em tal agremiação.

O terceiro argumento, por fim, salienta que houve duas causas imediatas para o encerramento das atividades do PDP. A primeira causa é a derrota do candidato do partido na eleição de deputado federal ocorrida em 1927. Desse modo, a dificuldade para formar uma sólida base eleitoral levou à interrupção dos esforços para a criação de diretórios do partido no interior do estado. A segunda causa do fim da agremiação consistiu na morte do presidente do PDP. Tal acontecimento acelerou o processo de desagregação dos seus dirigentes. Essa desagregação foi mantida no período posterior a 1930.

Na historiografia acerca da Primeira República, houve menor desenvolvimento dos estudos

referentes aos partidos nacionais. Nesse quadro, o Partido Republicano Federal, surgido na primeira década republicana, e o Partido Democrático, fundado em 1926, são as agremiações nacionais que mereceram maior atenção nos estudos históricos (PRADO, 1986; WITTER, 1986).

Presentemente, verifica-se que os estudos sobre partidos nacionais fundados no Brasil, no decorrer dos anos 1920, permanecem centrais na historiografia. Tais estudos são dedicados a investigar o processo de implantação, no País, de seções de partidos originários da Europa. Essas agremiações são o Partido Comunista Brasileiro, criado em 1922, e o Partido Nazista, instituído no Brasil em 1928 (ATHAIDES, 2012; CONSENZA, 2013; DIETRICH, 2007). Tais investigações comportam panoramas sobre as condições políticas que permitiram a criação, em distintos estados, de diretórios dos mencionados partidos. Em síntese, a finalidade de tais análises reside em identificar as bases sociais de apoio dessas agremiações e evidenciar os limites de sua influência política.

De outra parte, cabe salientar que a construção de panoramas sobre os processos de fundação, expansão e extinção de partidos da Primeira República é um modelo de abordagem que prepondera nos estudos acerca das agremiações governistas que funcionaram apenas em âmbito estadual (ANTONACCI, 1981; CASALECCHI, 1987; CHACON, 1981; DANTAS, 1989; FRANCO, 1974; MONTENEGRO, 1980; RESENDE, 1982; SAMPAIO, 1978; SARMENTO, 2009). De todo modo, continua circunstancial o surgimento de estudos sobre a vida interna e os fatores do ocaso de agremiações partidárias da mencionada época.

O presente trabalho, por seu turno, dedica maior ênfase à organização interna de um partido estadual de oposição. Por meio de um estudo de caso, tal abordagem é orientada pelo objetivo de identificar a natureza e os efeitos políticos das cisões internas às elites estaduais que se posicionaram como antagonistas dos partidos situacionistas. Tal abordagem possibilita um avanço no entendimento dos limites do desempenho eleitoral das oposições estaduais no contexto dos últimos anos da Primeira República. O cumprimento desse objetivo exige a análise das dificuldades enfrentadas pelo PDP ao apresentar uma candidatura à Câmara dos Deputados.

De fato, o estudo sobre a competição eleitoral no Brasil da Primeira República tem experimentado avanços. Tais avanços decorrem do reconhecimento das reiteradas iniciativas das oposições estaduais para tentarem suplantar as agremiações governistas. Eles também derivam do reconhecimento da participação do Poder Legislativo na mediação das contendas eleitorais (BARBOSA, 2013; FIGUEIREDO, 2016; RICCI e ZULINI, 2014). Porém, permanece incipiente o estudo sobre a organização interna dos partidos de oposição. Em grande medida, as informações mais abundantes sobre tal organização estão presentes em abordagens acerca dos acordos eleitorais e das divergências entre os próceres das agremiações estaduais (FERREIRA, 1994; PINTO, 2011;

VISCARDI, 2012). Nesse âmbito, mantém-se pouco desenvolvido o estudo sobre os fatores do esgotamento dos partidos de oposição nas primeiras quatro décadas da República.

De sua parte, a execução do presente artigo exige a análise do desempenho eleitoral do PDP em uma eleição parlamentar ocorrida em 1927. Essa análise auxilia a compreensão das estratégias eleitorais desse partido. Ao mesmo tempo, a realização desta investigação demanda o estudo das carreiras políticas dos líderes de tal agremiação. A mobilização de informações respeitantes a essas carreiras favorece um entendimento dos fatores que impuseram obstáculos às ambições eleitorais dos próceres da oposição paranaense. Ela também permite reconhecer a natureza das oportunidades políticas conquistadas pelos dirigentes do PDP no contexto posterior à dissolução do partido.

No presente trabalho, são acionados procedimentos de pesquisa oriundos da prosopografia (CHARLE, 2010; STONE, 2011). Nesse âmbito, a utilização de informações massivas acerca das carreiras das lideranças do PDP propicia a identificação de elementos comuns aos percursos políticos de indivíduos que lideraram o campo oposicionista do Paraná. Em suma, tal método permite evidenciar os aspectos mais convencionais dos percursos de indivíduos que, ao se afastarem do situacionismo estadual, mantiveram-se politicamente ativos. A execução dessa abordagem é empreendida por meio da consulta a jornais que veiculavam cotidianamente informações sobre a vida interna do Partido Democrático. O emprego de periódicos, notadamente o jornal curitibano *O Dia*, é imperioso para o conhecimento dos fatores que promoveram o desaparecimento de tal agremiação.

Evasão do situacionismo, derrotas eleitorais e fundação de partidos efêmeros: elementos dos percursos políticos dos dirigentes do PDP

O estudo sobre a formação e o ocaso do PDP exige a atenção ao contexto político do Brasil dos anos 1920. A esse respeito, cumpre salientar que desde o início da década houve iniciativas de membros de elites regionais para combater o predomínio do grupo partidário que controlava o Governo Federal. Assim, a fundação do PDP e de partidos congêneres, no fim daquela década, não foi o momento inicial das tentativas de coligação de elites estaduais.

Criada em 1921, a Reação Republicana representou a primeira iniciativa, em tal decênio, para unir os membros das oligarquias estaduais que se opunham ao predomínio dos situacionistas de Minas Gerais e São Paulo no cenário político nacional. Os participantes da Reação não aceitavam, por exemplo, o controle de ambos os estados sobre a indicação de candidatos a presidente e a vice-

presidente da República (FERREIRA, 1993).¹

De modo análogo ao caso da fundação dos partidos democráticos, a Reação foi uma iniciativa articulada por indivíduos que haviam desenvolvido suas carreiras políticas na qualidade de governistas. Os membros desse grupo apresentaram ao eleitorado um conjunto de propostas marcado pela ênfase em assuntos econômicos. A defesa da regeneração dos costumes políticos também foi realizada pelos líderes da Reação Republicana. Um dos aspectos dessa regeneração era o combate às fraudes eleitorais (ABREU, 2015; VISCARDI, 2015). Todavia, foi apenas com o surgimento dos partidos democráticos, no fim dos anos 1920, que as oposições estaduais passaram a advogar conjuntamente a implantação do voto secreto (PRADO, 1986).

A Reação Republicana não promoveu entre os seus fundadores o compromisso de permanecerem unidos após a eleição presidencial de 1922. Tal grupo, portanto, desenvolveu um projeto político de curta duração (FERREIRA, 1993). Por outro lado, a implantação de diretórios regionais do PD buscou tornar mais sólida a aliança entre governistas dissidentes. Nos anos 1920, em suma, a vida partidária brasileira foi marcada pela profusão de conflitos entre os componentes das oligarquias estaduais. Entretanto, foi somente no fim dessa década que houve uma iniciativa mais consistente para aproximar as lideranças oposicionistas de diferentes regiões do Brasil. Essa iniciativa consistiu na fundação dos diretórios estaduais do PD (PRADO, 1986).

Ao mesmo tempo, cabe ressaltar que, na Primeira República, era frequente a abertura de dissidências no interior dos partidos situacionistas. Tal abertura ocorreu em diferentes estados desde a década de 1890. A historiografia tem demonstrado que a instabilidade da vida interna dos partidos situacionistas foi um aspecto inerente às primeiras quatro décadas republicanas. Por consequência, a constituição de alianças eleitorais entre os egressos desses partidos foi um elemento peculiar à vida política dos estados.²

A formação dos diretórios estaduais do PD pertenceu à linhagem das iniciativas de governistas decaídos para se conservarem politicamente articulados. Nesse particular, a fundação do PDP não significou o início da aliança entre egressos do partido situacionista existente no Paraná. Conforme evidenciado na presente seção, nesse estado, nos anos 1910, houve iniciativas análogas

1 A Reação Republicana foi concebida por dirigentes partidários da Bahia, Distrito Federal, Pernambuco, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Na eleição presidencial de 1922, esses dirigentes sustentaram a candidatura de Nilo Peçanha. Todavia, ele foi derrotado pelo candidato situacionista, Arthur Bernardes (FERREIRA, 1993).

2 No Estado do Rio de Janeiro, em fins dos anos 1890, o Partido Republicano Fluminense passou por uma cisão (FERREIRA, 1994). No fim dos anos 1910, a formação de alianças eleitorais entre governistas dissidentes permaneceu como uma característica da vida política desse estado (PINTO, 2011). Nos estados de Mato Grosso e Minas Gerais, por sua vez, as primeiras dissidências nas agremiações também datam dos anos 1890 (ARRUDA, 2015; FANAIA, 2010; RESENDE, 1982). No Rio Grande do Sul, dos anos 1890 aos anos 1920, as dissidências na ordem governistas foram recorrentes (ABREU, 2015; SACCOL, 2017). Em São Paulo, por fim, a criação do Partido Democrático, em 1926, não representou a primeira tentativa de aliança entre dissidentes do partido predominante. Em verdade, de 1901 a 1906 existiu nesse estado o Partido Republicano Dissidente (LEVI-MOREIRA, 1991).

que também malograram.

A fundação do PDP ocorreu no dia 19 de dezembro de 1926 (O DIA, 21 dez. 1926, p. 1). A despeito da sua condição de partido estadual, o PDP pertencia a uma coligação de opositores radicados em diferentes estados. Os líderes dessa coligação implantaram os diretórios regionais do Partido Democrático. O início desse movimento ocorreu em 26 de fevereiro de 1926, quando houve a formação do PD paulista. O presidente dessa agremiação era o ex-senador Antônio da Silva Prado (1840-1929), cuja parentela possuía destacada atuação na vida política e econômica paulista desde o século XIX.³

Na época em que PDP esteve em atividade, não existia um diretório central para coordenar os partidos democráticos que funcionavam nos estados. O PD, em resumo, assumiu a forma de uma federação de partidos que se aproximavam porque tinham o intuito de se afirmarem como antagonistas do Governo Federal e dos governos estaduais. Em síntese, o PDP existiu em uma época de baixa formalização das interações entre os líderes estaduais de oposição.

No *Manifesto ao povo paranaense*, os dirigentes do PDP salientaram que o vínculo que mantinham com o PD paulista era de natureza programática: “Fundado o Partido Democrático em São Paulo, o seu movimento foi de imediata e completa solidariedade: [o PDP] procurou assimilar sua doutrina e seu vasto plano de organização nacional” (O DIA, 21 jan. 1927, p. 6). Desse modo, tais dirigentes reconheceram o caráter nacional do repertório de propostas do Partido Democrático surgido em São Paulo. Dentre os elementos desse repertório, estavam a defesa do voto secreto, a revisão constitucional e o combate às fraudes eleitorais. O PDP, nesse contexto, era dotado de autonomia para conceber um modelo próprio de organização interna e de tomadas de decisão.

Cumprido, por consequência, apresentar duas constatações acerca da criação e expansão de tal partido. A primeira constatação diz respeito ao fato de que as unidades estaduais do PD não foram implantadas em uma mesma época. Nesse contexto, as elites regionais que se opunham aos partidos situacionistas diferiam entre si em virtude do tempo que levaram para aderir à proposta de instalação de diretórios locais daquela grei. Mais precisamente, elas se diferenciavam em

3 O poder econômico de tal parentela era decorrente, em grande medida, do envolvimento em atividades agrárias. O cultivo do açúcar e do café, por exemplo, foi realizado nas fazendas da família Prado. Os parentes de Antônio da Silva Prado, ao tempo do Império, eram ligados ao Partido Conservador. Esse político foi um dos raros senadores do Segundo Reinado que conseguiu se eleger para tal cargo no início da Primeira República (LEVI, 1977). Por meio da atenção aos perfis sociais de indivíduos ligados ao PDP, é possível salientar que não era incomum haver próceres do Partido Democrático cujas parentelas exerceram durante décadas marcante influência na vida política de seus estados de origem.

decorrência da época em que conseguiram atingir a coesão interna necessária para a formação de um partido.

No Paraná, por exemplo, a oposição estadual fundou o PDP dez meses após a criação do PD paulista. No Distrito Federal, contudo, a oposição local implantou um diretório desse partido somente em maio de 1927, quinze meses após a criação do PD de São Paulo (O DIA, 18 mai. 1927, p. 1). Em tal contexto, o PDP já estava em processo de desagregação.⁴

A segunda constatação diz respeito ao fato de que o PD, nos estados em que foi instalado, não era comandado por políticos novatos. Em estados como o Paraná, a implantação de diretórios desse partido não significou a oportunidade para a emergência de um novo grupo de lideranças de oposição. Por outro lado, cabe ressaltar que houve diferenças entre os membros das elites estaduais acerca dos efeitos políticos de seus vínculos com tal agremiação. Em São Paulo, houve casos de dissidentes do situacionismo que conseguiram obter mandatos ao tempo em que pertenceram ao PD.⁵ Entretanto, em estados como Bahia e Paraná não ocorreu, por parte de egressos dos partidos governistas, a conquista de mandatos eletivos ao tempo em que estiveram filiados a essa grei.⁶

A maior parte dos indivíduos que participou da instauração do PDP assemelhava-se em virtude da época em que se evadiram do campo situacionista. Eles também se aproximavam em decorrência das carreiras políticas que desenvolveram no decorrer da Primeira República. Uma semelhança entre as carreiras dos próceres desse partido diz respeito ao fato de que tais indivíduos atravessaram os anos 1920 na qualidade de opositores do Governo do Estado. Entretanto, foi apenas no fim dessa década que eles atingiram um grau de integração suficiente para executar o projeto de formar um partido. Tratava-se de uma iniciativa que os oposicionistas tentavam, sem sucesso, concretizar desde os anos 1910.⁷

4 No decorrer do ano de 1927, houve a fundação de diretórios do PD nos estados do Ceará, Maranhão, Pernambuco, Rio de Janeiro e Santa Catarina (ABREU, 2015).

5 Nesse estado, por exemplo, José Adriano Marrey Júnior (1865-1965) conseguiu se eleger deputado federal pelo PD, em 1927 (O DIA, 22 mar. 1927, p. 2). Tratava-se de um indivíduo que, no início de sua carreira na política, esteve vinculado a uma agremiação governista, o Partido Republicano Paulista.

6 A respeito de tal categoria de membros do PD, cabe dedicar atenção ao caso de José Joaquim Seabra (1865-1942). Durante a Primeira República, esse indivíduo foi um dos líderes do situacionismo na Bahia. Ele exercera, por exemplo, o cargo de governador. Em 1927, contudo, Seabra aproximou-se dos indivíduos que estavam a organizar o PD naquele estado. Havia a expectativa de que ele assumiria a condução desse partido na Bahia. Nessa época, ele também foi convidado a se candidatar a senador pelo PD (O DIA, 08 jan. 1927, p. 8). Ao final, esses projetos não se realizaram. Em meados daquele ano, Seabra foi eleito presidente do Conselho Municipal de Intendência do Rio de Janeiro (O DIA, 11 ago. 1927, p. 1). Em suma, tais informações contêm evidências de que a implantação do PD nos estados foi marcada pela dificuldade da incorporação permanente de políticos oposicionistas aos quadros da grei.

7 No início dos anos 1920, a oposição paranaense não estava organizada em um partido. Tal fato não impediu que houvesse a articulação política entre oposicionistas residentes em diferentes municípios do Paraná. Nessa década, as relações entre os adversários do partido predominante eram pouco formalizadas. Em 1921, por exemplo, o oposicionista Benjamin Lins (1876-1951), futuro dirigente do PDP, ofereceu uma orientação aos adversários do PRP que habitavam o município de Antonina, situado no litoral paranaense. Residente em Curitiba, Lins sugeriu que a oposição pregasse, junto à população daquela cidade, o boicote ao pagamento de impostos municipais. Tratava-se, assim, de um protesto contra os valores desses impostos. O boicote também serviria para causar o desgaste político dos situacionistas (A

Por consequência, o estudo de passagens das carreiras de tais integrantes permite reconhecer a natureza da ação política de membros da oposição estadual em uma época de efemeridade e baixa institucionalidade dos partidos de oposição que existiram no Paraná. A realização de tal análise exige, inicialmente, a atenção às informações da Tabela 1.

Tabela 1 – Atuação política e profissional dos membros da Comissão Organizadora do Partido Democrático Paranaense (anterior a 1926)⁸

Nome	Profissão	Total de mandatos exercidos antes de 1926	Total de derrotas eleitorais ocorridas antes de 1926	Total de cargos comissionados exercidos antes de 1926	Ano de saída do campo político governista
Antônio Augusto de Carvalho Chaves	Advogado	7	2	2	1915
Antônio Jorge Machado Lima	Servidor público federal	0	0	2	1915
Benjamin Américo de Freitas Pessoa	Advogado	9	1	3	1915
Benjamin Batista Lins de Albuquerque	Advogado	0	0	2	1919
Francisco Xavier Teixeira de Carvalho	Advogado	0	0	4	1922
João Guilherme Guimarães	Empresário	3	3	0	1900
Ulisses Falcão Vieira	Advogado	2	1	5	1919

Fontes: A REPÚBLICA (PR); DIÁRIO DA TARDE (PR); O DIA (PR); DIÁRIO DO COMÉRCIO (PR)

As informações contidas nessa Tabela permitem destacar que os dirigentes do PDP se dividiam em duas categorias: (1) antigos governistas que estavam vinculados à oposição desde os anos 1910; (2) indivíduo que iniciou sua atuação política na condição de opositorista. Tal indivíduo teve uma passagem pelo partido situacionista do estado. Foi, no entanto, uma passagem menos duradoura em relação à dos demais dirigentes do PDP. Os membros do primeiro grupo diferiam entre si em virtude da força eleitoral e da experiência política que conquistaram ao tempo da passagem pela grei situacionista.⁹

REPÚBLICA, 28 nov. 1921, p. 2). A decisão pelo boicote não foi tomada em um evento tal como a reunião de um partido. Essa decisão foi derivada de uma consulta informal feita por opositores do prefeito de Antonina a um bacharel residente na capital do estado.

8 Em 1927, apenas três membros da Comissão Organizadora do PDP compunham a Mesa Executiva da agremiação. Tais membros eram João Guilherme Guimarães, presidente, Antônio Jorge Machado Lima e Ulisses Falcão Vieira, secretários (O DIA, 18 jan. 1927, p. 1). Esses eram os únicos cargos da administração do diretório. Verifica-se, por um lado, que tal agremiação possuía um modelo administrativo pouco complexo. Por outro lado, convém salientar que a gestão do PDP estava sob a responsabilidade de indivíduos que participaram da grei desde o momento de sua fundação.

9 Antônio Jorge Machado Lima (1886-1960), Francisco Xavier Teixeira de Carvalho (s/d-1931) e o citado Benjamin Lins pertenciam a este grupo de fundadores do PDP. Ao tempo da criação desse partido, eles ainda não haviam exercido

Uma constatação derivada da análise da Tabela 1 diz respeito ao fato de que, no fim dos anos 1920, a oposição paranaense conservava uma característica já observada nos decênios de 1900 e 1910. Tal característica era a tendência de egressos do governo exercerem o comando dos partidos de oposição. Essa situação ocasionou a baixa renovação do quadro de lideranças oposicionistas no Paraná. O conhecimento de aspectos dos percursos políticos dos componentes da direção do PDP permite sustentar tal afirmação.

Dentre os dirigentes dessa grei, João Guilherme Guimarães foi o primeiro a se distanciar do situacionismo. Ocorrido no ano de 1900, esse distanciamento gerou a imediata desarticulação da base eleitoral desse indivíduo. Em tal ano, por exemplo, ele tentou obter o seu terceiro mandato de prefeito de Paranaguá, município situado no litoral paranaense.¹⁰ Lançou-se como candidato avulso, mas foi derrotado pelo postulante apoiado pelos governistas (A REPÚBLICA, 20 jul. 1900, p. 1).

Após dezenove anos sem participar de eleições como candidato, ele buscou, em 1919, eleger-se para o Congresso Legislativo do Paraná. Eram trinta vagas em disputa. Porém, Guimarães conseguiu apenas a trigésima sétima colocação nesse pleito (A REPÚBLICA, 21 nov. 1919). Em verdade, a votação que ele obteve nessa oportunidade (3.421 sufrágios) foi inferior àquela que conquistou em 1891, ano de sua primeira candidatura a deputado estadual.¹¹ Portanto, João Guimarães se enquadra na categoria dos situacionistas que, ao migrarem para a oposição, conheceram a corrosão de suas bases eleitorais. Os políticos veteranos que fundaram o PDP fazem parte de tal categoria.

João Guimarães presidiu esse partido nos anos de 1926 e 1927. Este foi o principal momento

mandatos. Eles também não tinham a experiência de exercer cargos na administração de partidos políticos. Portanto, em tal época esses indivíduos possuíam menor influência na vida política estadual. Houve diferenças entre eles quanto à natureza dos cargos comissionados que desempenharam. Filho de Vicente Machado (1860-1907), ex-governador do Paraná, Antônio Jorge Machado Lima conquistou, em 1908, duas nomeações estaduais. Inicialmente, obteve o cargo de Promotor Público na Comarca de Palmeira (A REPÚBLICA, 13 fev. 1908, p. 1). Ele conseguiu tal cargo imediatamente após a sua formatura pela Faculdade de Direito de São Paulo. Em meados do referido ano, contudo, passou a exercer o cargo de Promotor na cidade de Antonina, no litoral paranaense (A REPÚBLICA, 18 ago. 1908, p. 1). Em 1909, por fim, Antônio Jorge foi investido no posto de Procurador Fiscal da Fazenda Nacional, sendo lotado na cidade de Curitiba (A REPÚBLICA, 05 jan. 1909, p. 1). De outra parte, Benjamin Lins e Francisco Teixeira de Carvalho eram bacharéis graduados pela Faculdade de Direito do Recife. A relação desses indivíduos com o situacionismo paranaense consistiu na obtenção de cargos comissionados entre as décadas de 1900 e 1910. Nesse âmbito, cabe destacar que eles exerceram posições equivalentes na vida administrativa. Nos anos 1910, por exemplo, ocuparam o posto de Auditor de Guerra do Regimento de Segurança do Paraná. Benjamin Lins desempenhou tal função no início da década (A REPÚBLICA, 28 out. 1910, p. 2). Teixeira de Carvalho, por seu turno, exerceu-a em 1917 (A REPÚBLICA, 24 abr. 1917, p. 2).

¹⁰ Este indivíduo pertencia a uma parentela cujos membros se iniciaram na vida política na qualidade de membros do Partido Conservador. O pai de João Guimarães, o negociante ervateiro Manuel Antônio Guimarães (1813-1893), liderou esse partido no litoral paranaense até os anos finais do Império (ALVES, 2014; GRANATO, 2018). Os Guimarães aderiram rapidamente à República (A REPÚBLICA, 21 nov. 1889, p. 2). Essa adesão foi acompanhada pelo vínculo à agremiação governista do estado, então denominada de Partido Republicano. Todavia, a condição de situacionista não foi suficiente para João Guimarães exercer uma influência política para além do município de Paranaguá.

¹¹ Em 1891, havia trinta e seis vagas em disputa para o Congresso Legislativo do Paraná. Nessa eleição, João Guimarães obteve 5.060 sufrágios. Essa votação lhe garantiu apenas a quinquagésima quarta posição no pleito (DIÁRIO DO COMÉRCIO, 08 mai. 1891, p. 3).

da sua atuação no campo oposicionista. Esse indivíduo exerceu apenas nos anos finais de sua vida o comando de uma agremiação partidária. Durante três décadas, ele desempenhou uma posição secundária naquele campo. Em 1915, por exemplo, João Guimarães foi o responsável por organizar, em Paranaguá, a Concentração Republicana (A REPÚBLICA, 25 jan. 1915, p. 2). Tal entidade objetivou reunir os oposicionistas do Paraná para que lançassem candidaturas a deputado federal. A Concentração, porém, teve curta duração. No ano seguinte à sua criação, ela estava extinta (A REPÚBLICA, 14 dez. 1916, p. 1).

Tais informações permitem destacar que, antes de exercer a presidência do PDP, a função de Guimarães era executar, em seu município natal, as diretrizes políticas e eleitorais formuladas pelos próceres da oposição estadual. Nos anos 1910, o líder da oposição no Paraná era o advogado Manuel de Alencar Guimarães (1865-1940), sobrinho de João Guimarães.

Um dos motivos do afastamento de Alencar Guimarães da liderança da oposição paranaense foi a sua aproximação ao grupo político que, no início dos anos 1920, comandava o Governo Federal. Tal aproximação lhe permitiu o acesso a esquemas de nomeações para cargos comissionados.¹² Desse modo, a mudança de comando na liderança da oposição estadual consistiu em um processo de substituição de membros de uma mesma parentela na tarefa de formar de um partido que unisse os antagonistas da agremiação predominante no estado. Tal agremiação era o Partido Republicano Paranaense (PRP).¹³

Por outro lado, convém reconhecer que uma semelhança entre os percursos políticos de João Guimarães e dos veteranos que participaram da fundação do PDP diz respeito ao fato de que o exercício de sucessivos mandatos ao tempo em que pertenciam ao situacionismo não foi suficiente para consolidar uma sólida base eleitoral. A esse respeito, atente-se aos casos de Antônio Augusto de Carvalho Chaves (1875-1949) e de Benjamin Pessoa (1858-1928).

De 1904 a 1915, Carvalho Chaves exerceu quatro mandatos de deputado federal pelo Paraná. Ao evadir do PRP, buscou se reeleger para tal cargo. Porém, no pleito realizado no início de

12 Em 1927, ao tempo do funcionamento do PDP, Alencar Guimarães foi nomeado para um cargo federal – Inspetor Consular para a América do Sul e Sul da África. Essa nomeação foi realizada pelo presidente Washington Luís (O DIA, 20 ago. 1927, p. 1). O envolvimento em políticas de nomeações federais gerou a interrupção das críticas do ex-senador aos governistas do Paraná. No referido ano, por exemplo, ele considerou que as mudanças urbanas efetuadas na cidade de Curitiba eram decorrentes da “[...] patriótica preocupação dos seus dirigentes de bem servirem a sua culta, laboriosa e densa população” (O DIA, 20 ago. 1927, p. 1).

13 Alencar Guimarães foi o líder da Concentração Republicana. No fim dos anos 1910, ele tentara, sem sucesso, organizar no Paraná uma agremiação nacional, o Partido Republicano Conservador (JORNAL DO BRASIL, 09 dez. 1918, p. 4). Por fim, ele não teve êxito no propósito de formar uma agremiação estadual denominada de Partido Autonomista (A REPÚBLICA, 22 out. 1919, p. 10). O PDP se insere nessa linhagem de experiências políticas malogradas. Um dos fatores desse insucesso era a dificuldade de os membros históricos da oposição assumir entre si o compromisso de manter permanente aliança política. No fim dos anos 1920, a prática do lançamento de candidaturas avulsas ainda permanecia como uma das causas que impedia os partidos de oposição de conquistar, em sua totalidade, o eleitorado que recusava os candidatos governistas.

1915 ele obteve a sexta – e última – colocação. Eram quatro vagas em disputa (ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, vol. 2, 1915, p. 786). Nesse contexto, Carvalho Chaves pertencia à Concentração Republicana. Ele também não teve sucesso na tentativa de se eleger deputado estadual, em 1919.¹⁴ Trata-se de salientar, portanto, que os longos anos de exercício de mandatos parlamentares não foram suficientes para que tal indivíduo consolidasse um grupo cativo de eleitores. Em última instância, a força eleitoral desse advogado era decorrente de sua ligação com a grei situacionista.

De sua parte, a carreira política de Benjamin Pessoa possui uma analogia com a carreira desenvolvida por Carvalho Chaves. Mais precisamente, há semelhanças quanto às implicações da saída de ambos do PRP. Entre as décadas de 1890 e 1910, Pessoa exerceu nove mandatos de deputado estadual. Em 1915, ano de seu desligamento do PRP, ele não foi bem-sucedido na tentativa de se reeleger para tal cargo. Nessa ocasião, Pessoa recebeu 318 votos. Tal resultado lhe proporcionou a trigésima terceira colocação no pleito. Eram trinta vagas em disputa (A REPÚBLICA, 12 nov. 1915, p. 2). Essa derrota eleitoral significou o seu definitivo afastamento do Congresso Legislativo do Paraná.

Dessa forma, quando o PDP foi criado as suas principais lideranças eram indivíduos que estavam distantes havia mais de uma década das instituições políticas. Convém salientar que não foram apenas os governistas decaídos que, no fim dos anos 1920, enfrentavam dificuldades para permanecer politicamente ativos. Os indivíduos que desde o início de suas carreiras haviam pertencido à oposição estadual também experimentaram dificuldades para ter acesso às instituições parlamentares.

A esse respeito, cabe dedicar atenção ao caso de Ulisses Falcão Vieira (1885-1942). Integrado ao campo oposicionista do Paraná nos anos 1910, ele pertenceu à segunda categoria de membros fundadores do PDP. Vieira foi deputado estadual nos anos de 1914 e 1915. Em tal época, ele era membro de uma agremiação nacional denominada Partido Republicano Liberal (PRL), a qual existiu de 1913 a 1915 (A REPÚBLICA, 16 jun. 1915, p. 1).¹⁵ Porém, a curta duração desse partido gerou, no Paraná, a desagregação dos seus integrantes. Ou seja, o desaparecimento dessa grei em âmbito nacional não desencadeou um movimento entre os oposicionistas desse estado para que permanecessem unidos no combate ao PRP.

Nesse contexto, as derrotas eleitorais eram um fator crucial da desagregação dos líderes da

14 Nessa ocasião, Carvalho Chaves obteve 4.317 votos, os quais lhe posicionaram na quadragésima primeira colocação do pleito (A REPÚBLICA, 21 nov. 1919, p. 1).

15 Ulisses Vieira também foi deputado estadual, de 1916 a 1917, pelo partido governista. Todavia, em 1919 ele já estava afastado do campo situacionista (A REPÚBLICA, 21 nov. 1919 p. 1). A sua vinculação ao situacionismo, portanto, foi limitada aos últimos anos da década de 1910.

oposição no Paraná. O PRL e os partidos estaduais criados por Alencar Guimarães conseguiram eleger seus candidatos nos momentos em que o PRP apresentava chapas incompletas de candidatos a deputado federal e deputado estadual.¹⁶ Nas épocas em que estavam cindidos, os membros da oposição eram inclinados a lançar candidaturas avulsas. Porém, os candidatos avulsos não tinham a força eleitoral necessária para derrotar os governistas. Realizado na seção seguinte deste artigo, o estudo da campanha eleitoral ocorrida em 1927 permite evidenciar que, nos anos finais da Primeira República, a oposição estadual permaneceu marcada pelas volúveis alianças entre os seus componentes.

As informações contidas na Tabela 1 permitem salientar aspectos convergentes entre o perfil social dos dirigentes do PDP e o perfil dos chefes partidários de outros estados brasileiros. Uma aproximação entre os chefes do PDP e as lideranças políticas de Minas Gerais, Pernambuco e São Paulo decorria do seu grau de escolaridade. Ao tempo da Primeira República, a posse de um diploma de ensino superior era um dos fatores da homogeneidade social existente entre as lideranças partidárias desses estados (LEVINE, 1980; LOVE, 1982; WIRTH, 1982).

Há evidências de que a conquista de um diploma de graduação era uma característica do perfil dos dirigentes partidários de distintas regiões do Brasil. Nesse âmbito, convém destacar que a maior parte dos senadores da Primeira República possuía curso superior (SOUZA, 2018, p. 41). Os dirigentes do PDP obtiveram o grau de bacharel em Direito. A exceção era João Guimarães, que não cursou uma graduação.

As informações da Tabela 1 também possibilitam destacar que o exercício de funções comissionadas foi um aspecto inerente à carreira da maior parte dos dirigentes do PDP. Mais precisamente, a conquista do bacharelado em Direito foi sucedida pelo ingresso em esquemas de nomeações para cargos públicos. Convém salientar que, com exceção de Antônio Jorge Machado Lima, os dirigentes do PDP atuaram prioritariamente em postos do Governo Estadual.

Nesse contexto, foi no Congresso Legislativo do Paraná que uma parcela dos fundadores dessa grei desenvolveu sua atividade parlamentar. Em verdade, não era incomum, no Brasil da Primeira República, que chefes partidários fossem inclinados a atuar em esferas locais do Poder Legislativo. Essa característica foi marcante, por exemplo, às carreiras de membros da elite política do Estado de São Paulo (LOVE, 1982, p. 228).

16 Em 1913, a eleição de dez deputados estaduais pelo PRL foi derivada da formação, pelo PRP, de uma chapa composta por apenas vinte candidatos (A REPÚBLICA, 13 out. 1915, p. 2). Em 1915, a eleição de um deputado federal pela Concentração Republicana também foi decorrente da não apresentação de chapa completa pelos governistas (ANAIIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, vol. 2, 1915, p. 786). Em 1919, contudo, os governistas apresentaram chapa completa ao Congresso Legislativo Estadual. Todos se elegeram. Nessa oportunidade, Ulisses Vieira amealhou 3.417 votos. Ele obteve, assim, apenas a quadragésima primeira colocação no pleito (A REPÚBLICA, 21 nov. 1919, p. 1).

As trajetórias dos fundadores do PDP possuem semelhanças com os percursos de políticos governistas de distintos estados brasileiros. Consta-se, assim, o caráter convencional das carreiras que tais fundadores construíram na época em que pertenceram à ordem governista. De outra parte, cumpre evidenciar que as estratégias políticas que eles desenvolveram após saírem do campo situacionista eram semelhantes às estratégias de oposicionistas de outros estados. Na última seção deste artigo, é demonstrado que uma semelhança consistiu em recorrer à Comissão de Verificação de Poderes da Câmara dos Deputados para contestar a vitória eleitoral de seus adversários.

A eleição parlamentar no Paraná de 1927: os obstáculos à união dos oposicionistas

A campanha para o cargo de deputado federal pelo Paraná, em 1927, ocorreu nos meses de janeiro e fevereiro. Durante esse período, o PDP esteve em permanente atividade. De forma semelhante ao caso dos partidos de oposição que o precederam, a derrota em tal pleito provocou a dispersão de seus correligionários e lideranças.

Há cinco aspectos dessa campanha que merecem especial atenção. O primeiro aspecto é referente ao fato de que os correligionários do PDP tinham por objetivo lançar o citado Manuel de Alencar Guimarães como candidato à Câmara dos Deputados. Ou seja, predominava na agremiação a proposta de permitir que o ex-senador reassumisse o protagonismo que exercera no campo oposicionista paranaense nos anos 1910.

Tal informação é uma evidência de que, no fim da década de 1920, a política paranaense não conheceu a ascensão de lideranças no campo oposicionista. Ao contrário, nessa época os adversários do situacionismo continuavam a ser liderados por veteranos que, nos primeiros anos da República, estiveram filiados à agremiação governista.

Alencar Guimarães, no entanto, não aceitou a indicação para disputar uma vaga de deputado federal pelo PDP (O DIA, 16 jan. 1927, p. 1). Em seguida, o partido homologou a candidatura do empresário David Antônio da Silva Carneiro Júnior (1879-1928), ex-presidente da Associação Comercial do Paraná. Ele também era um egresso do situacionismo. O único mandato que Carneiro desempenhou foi o de deputado estadual. Esse mandato fora conquistado em 1911, ao tempo de seu vínculo com o PRP (A REPÚBLICA, 16 out. 1911, p. 1). Desse modo, o PDP era inclinado a conceder maiores oportunidades de atuação política à geração de governistas que se acomodou no campo da oposição estadual nos anos 1910.

O segundo aspecto a ser destacado é o fato de que o PDP lançou apenas uma candidatura. Nesse pleito, somente o partido governista compôs uma chapa contendo quatro candidatos a deputado federal. A opção pela candidatura única significava que o PDP não possuía a base eleitoral

necessária para obter o controle integral das vagas da bancada paranaense na Câmara dos Deputados. A formação de chapas incompletas pelos partidos de oposição era uma prática frequente no Brasil da Primeira República. O propósito dos oposicionistas era evitar que a apresentação de diversas candidaturas gerasse a dispersão dos votos do seu incipiente eleitorado. Assim, o objetivo das oposições estaduais era assegurar uma presença mínima nas esferas do Poder Legislativo (FIGUEIREDO, 2016, p. 47).

No Paraná da Primeira República, a oposição conseguia eleger seus candidatos à Câmara dos Deputados quando os situacionistas apresentavam chapas incompletas. Esses momentos foram raros. Nesse estado, a formação de chapas incompletas pelos governistas e a eleição de deputados federais de oposição ocorreram somente nos anos de 1906, 1912 e 1915 (A REPÚBLICA, 19 mar. 1915, p. 1).

O terceiro aspecto diz respeito ao fato de que, em tal época, um membro histórico do grupo oposicionista ambicionou ser lançado candidato à Câmara dos Deputados pelo PDP. Tal indivíduo era o ex-deputado federal João de Menezes Dória (1857-1937). Ele não exercia mandato parlamentar desde o ano de 1909. No pleito de 1927, Dória não teve o apoio do núcleo dirigente do PDP para lançar sua candidatura. A falta de apoio decorria do fato de que os seus aliados abriram uma dissidência e se afastaram da grei. Ao perder os seus aliados no diretório central, Dória desistiu de tentar uma vaga na Câmara dos Deputados (DIÁRIO DA TARDE, 01 fev. 1927, p. 2). Ele rejeitou, portanto, a opção da candidatura independente.¹⁷

Em suma, o PDP era uma agremiação que surgiu internamente cindida. O principal fator dessa cisão era a disputa entre as distintas correntes do partido pelo controle das tomadas de decisão no diretório central (DIÁRIO DA TARDE, 03 jan. 1927, p. 2). Ao mesmo tempo, os indivíduos que permaneceram no comando do partido não mantiveram entre si duradora aliança política. Conforme demonstrado na última seção deste artigo, o ocaso do PDP foi sucedido pela aproximação de uma parcela dos seus membros com os situacionistas.

O quarto aspecto a ser salientado é que, na eleição parlamentar de 1927, houve outro integrante histórico da oposição que considerou a possibilidade de se candidatar a deputado federal. Tal integrante era o ex-deputado federal Manuel Correia de Freitas (1851-1932). Nesse contexto, ele estava sem exercer mandato havia doze anos. Em tal pleito, Freitas não pretendeu ter a sua candidatura homologada pelo PDP. Ele também não buscou se lançar como candidato avulso para amealhar os votos do eleitorado da oposição. Ao contrário, Freitas destacou que possuía o apoio de

17 Em 1909, Meneses Dória obteve a sexta e última colocação na disputa para as quatro vagas de deputado federal pelo Paraná (A REPÚBLICA, 02 mar. 1909, p. 1). Em 1912, ele voltou a ser candidato e conquistou apenas a sexta e antepenúltima posição (ANAIIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, vol. 1, 1912, p. 38). Em ambas as ocasiões, ele se apresentou como candidato independente.

membros do campo situacionista (DIÁRIO DA TARDE, 03 jan. 1927, p. 2).

Tal situação evidencia o caráter instável das relações entre antigos membros da oposição paranaense. O aspecto volúvel dessas relações foi um fator decisivo para tornar inviável a longa duração das agremiações opositoras do Paraná.¹⁸ Ao final, o apoio ambicionado por Freitas não se concretizou. Por consequência, ele obteve uma votação pouco expressiva. A esse respeito, atente-se às informações da Tabela 2:

Tabela 2 – Resultado da eleição para deputado federal no Estado do Paraná (1927)

Nome	Profissão	Partido	Posição no quadro partidário estadual	Total de votos do candidato	% da votação do candidato	Resultado
Lindolfo Pessoa da Cruz Marques	Advogado	Partido Republicano Paranaense	Situação	10.845	21,9	Eleito
Eurides Cunha	Advogado	Partido Republicano Paranaense	Situação	10.465	21,1	Eleito
Artur Martins Franco	Engenheiro civil	Partido Republicano Paranaense	Situação	10.406	21,01	Eleito
Plínio Gonçalves Marques	Médico	Partido Republicano Paranaense	Situação	10.226	20,6	Eleito
David Antônio da Silva Carneiro	Empresário	Partido Democrático	Oposição	6.517	13,2	Não eleito
José Niepce da Silva	Engenheiro civil	Sem partido	Oposição	1.017	2,1	Não eleito
Manuel Correia de	Jornalista	Sem partido	Oposição	44	0,09	Não eleito

¹⁸ Para corroborar tal afirmação, cabe destacar que Manuel Correia de Freitas, no início dos 1900, foi um dos dirigentes de uma grei opositora denominada Partido Republicano. Ao desertar desse partido, ele se aproximou dos situacionistas. Por meio do apoio do partido governista do Paraná, elegeu-se deputado federal em 1909. Durante o mandato, porém, evadiu do partido predominante e conquistou a reeleição, em 1912, como candidato avulso. No contexto de sua reeleição, ele não participou do projeto de consolidar a agremiação opositora que existia à época no Paraná, o Partido Independente. Na eleição parlamentar de 1912, os quatro candidatos opositores, nessa ocasião, obtiveram os últimos lugares no pleito (ANAIIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, vol. 1, 1912, p. 38). Tais informações evidenciam que era recorrente a dificuldade de os partidos de oposição no Paraná da Primeira República conseguir lançar candidatos de consenso.

Freitas						
---------	--	--	--	--	--	--

Fonte: O DIA, 25 mar. 1927, p. 1.

A análise das informações presentes nessa Tabela permite ressaltar o quinto aspecto da campanha eleitoral ocorrida no Paraná em 1927. Tal aspecto diz respeito ao fato de que o PDP não conseguiu evitar o lançamento de duas candidaturas avulsas. Em suma, essa agremiação não conseguiu manter no seu rol de correligionários um antigo membro da oposição (Manuel Correia de Freitas), assim como não incorporou aos seus quadros um egresso do situacionismo (José Niepce da Silva).¹⁹

Convém salientar que em tal época também houve o pleito para o cargo de senador pelo Paraná. Nessa eleição majoritária, o candidato governista, Luiz de Albuquerque Maranhão (1875-1949), derrotou o postulante avulso, Generoso Marques dos Santos (1844-1926). Marques era um egresso do situacionismo estadual.²⁰ No entanto, os membros históricos do campo oposicionista não conseguiram promover a sua absorção aos quadros do PDP. Às vésperas do pleito, portanto, havia oposicionistas que optaram por combater o PRP sem assumir compromissos partidários.

De todo modo, o pertencimento a um partido político foi decisivo para que David Carneiro tivesse uma votação mais significativa do que a dos oposicionistas que se apresentaram como candidatos independentes. Em verdade, desde a época de sua fundação o PDP já contava com diretórios instalados em municípios do interior, sobretudo aqueles situados no planalto do estado (O DIA, 05 jan. 1927, p. 4). O processo de interiorização do partido foi mantido ao longo da campanha eleitoral (O DIA, 20 jan. 1927, p. 8). A despeito de sua curta duração, o PDP pôde formar uma base eleitoral por meio da qual o seu candidato superou, em cinco mil e quinhentos sufrágios, o segundo oposicionista mais votado. Assim, tais informações evidenciam a relação entre o pertencimento a uma agremiação partidária e o aumento da competitividade eleitoral de um candidato, no contexto do Paraná dos anos finais da Primeira República.²¹

19 A eleição para o Senado teve o seguinte resultado: Albuquerque Maranhão, 14.825 votos (94 %); Generoso Marques, 925 votos (6 %). Marques fora membro do PRP até as vésperas da eleição de 1927. A saída do núcleo governista implicou a imediata desarticulação da base eleitoral que garantiu, desde os anos 1890, as suas reeleições para o Senado.

20 José Niepce da Silva (1876-1935) não exerceu mandatos eletivos. O principal benefício derivado de seu pertencimento ao situacionismo paranaense era o envolvimento em esquemas de nomeações para cargos públicos. Um dos cargos comissionados por ele exercidos foi o de Diretor da Secretaria de Obras e Viação do Paraná, em 1907 (A REPÚBLICA, 11 jul. 1907, p. 3). Niepce da Silva tentou, sem sucesso, eleger-se deputado estadual em 1915. Ele obteve 315 votos, os quais lhe colocaram na trigésima quinta posição no pleito. Havia trinta vagas em disputa (A REPÚBLICA, 12 nov. 1915, p. 2). Esse indivíduo, em resumo, pertencia à geração de oposicionistas que evadira do campo situacionista em meados dos anos 1910. Tal evasão representou o fim de sua presença em instituições políticas e administrativas.

21 A análise do desempenho eleitoral dos candidatos de oposição no Paraná da Primeira República permite afirmar que o único momento em que um candidato a deputado federal vinculado a partido político teve desempenho inferior a um candidato avulso foi em 1912. Nessa ocasião, Domingos Nascimento, do Partido Independente, teve 3.341 votos. Manuel Correia de Freitas, postulante avulso, angariou 6.682 sufrágios (ANAIIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS,

A extinção do PDP e os destinos políticos dos seus dirigentes

A oposição paranaense não aceitou a derrota de seu candidato a deputado federal. David Carneiro contestou, na Comissão de Verificação de Poderes da Câmara dos Deputados, a eleição do governista Plínio Gonçalves Marques. Carneiro alegou que o seu contendor se elegera por meio de fraudes na apuração dos votos. Todavia, a citada Comissão não acolheu a reclamação desse opositorista (O DIA, 26 abr. 1927, p. 1).

No decorrer dos anos 1920, houve o crescimento do número de contestações de resultados eleitorais apresentados àquela Comissão. Uma ligeira queda na apresentação de reclamações ocorreu em 1930, último ano em que a Câmara atuou como árbitra de conflitos derivados de eleições para deputado federal.²² Tais informações permitem destacar que a contestação do resultado eleitoral pelo candidato do PDP ocorreu em uma época em que as disputas partidárias nos estados permaneciam acirradas.

Portanto, o momento de maior unidade entre os membros do PDP abarca o lançamento da candidatura de David Carneiro, em janeiro, e a contestação da vitória de um adversário desse candidato, em abril de 1927. Encerrados tais eventos, as atividades da agremiação começaram a arrefecer.

Convém salientar que, transcorridos dez dias da eleição para deputado federal no Paraná, foi divulgada a informação de que o presidente do PDP, João Guilherme Guimarães, estava enfermo. A doença lhe obrigou a permanecer recolhido em sua residência (DIÁRIO DA TARDE, 08 mar. 1927, p. 2). Os padecimentos desse dirigente partidário se prolongaram até outubro de 1927, quando faleceu (O DIA, 27 out. 1927, p. 1).

O declínio do estado de saúde de João Guimarães o afastou das atividades cotidianas do PDP. Nos sete meses que abrangem o seu adoecimento e morte, a agremiação da qual era o presidente permaneceu sem comando. Ou seja, os correligionários da grei não iniciaram um processo de substituição do seu principal dirigente. Nesse contexto, os próprios órgãos de imprensa ligados ao PDP pararam de apresentar informações a respeito da vida interna dessa agremiação.

Datam do mês de abril de 1927 as derradeiras notícias sobre a vida interna do PDP. Nessa época, o partido realizou uma campanha para aumentar o número de seus filiados. Desse modo,

vol. 1, 1912, p. 38).

22 Em 1921, a Comissão de Poderes recebeu 24 contestações de resultados de eleições para deputado federal. Nos anos de 1924 e 1927, foram recebidas 32 contestações. Em 1930, por fim, foram apresentadas àquela Comissão 30 reclamações (ZULINI, 2016, p. 93). Em 1932, com a criação da Justiça Eleitoral, a Câmara perdeu a incumbência de homologar os resultados das eleições para deputado federal (NICOLAU, 2002, p. 39).

nota-se que nos dois meses posteriores ao malogro da candidatura de David Carneiro a agremiação continuava a desenvolver regularmente suas atividades.²³ No segundo semestre de 1927, porém, o projeto de recrutar adeptos foi interrompido. Ao mesmo tempo, houve uma aproximação entre dirigentes do PDP e integrantes do situacionismo estadual.

De fato, a morte de João Guimarães não foi o único fator do desaparecimento daquela agremiação. O ocaso dessa grei decorreu, sobretudo, da manutenção de um comportamento adotado pelos oposicionistas desde os anos 1910. Tal comportamento consistia em extinguir um partido político após um insucesso eleitoral. Esse insucesso dificultava a conquista de novas adesões à agremiação. O falecimento do presidente do partido apenas tornou mais célere o processo de extinção da grei.

Desse modo, uma diferença capital entre as unidades estaduais do PD era atinente à capacidade de os seus dirigentes manterem a coesão interna. O Partido Democrático de São Paulo, por exemplo, permaneceu em atividade até o início dos anos 1930, no contexto do Governo Provisório de Getúlio Vargas (PRADO, 1986, p. 123-137). Após a dissolução do PDP, as suas lideranças não deflagraram outra iniciativa para formar um partido oposicionista. Nos anos seguintes, houve a inserção de uma parcela de dirigentes dessa grei em um partido governista que funcionava em âmbito estadual. Porém, a outra parcela de líderes do PDP permaneceu na oposição.

O estudo do desfecho das carreiras políticas de dirigentes do PDP exige o cumprimento de duas etapas. Primeiro, é necessário evidenciar a natureza das relações que eles mantiveram com os membros do partido governista nos últimos anos da Primeira República. Segundo, compete reconhecer os aspectos da atividade política que desenvolveram a partir dos anos 1930. Foi em tal época que eles voltaram a participar de esquemas de nomeações para cargos comissionados.

No início de novembro de 1927, Antônio de Carvalho Chaves e Ulisses Vieira, fundadores do PDP, compareceram à inauguração de um sanatório localizado na cidade da Lapa, município do primeiro planalto paranaense. A construção desse estabelecimento de saúde foi realizada pelo Governo do Paraná durante a segunda gestão de Caetano Munhoz da Rocha (1873-1944). Nessa oportunidade, Chaves e Vieira tornaram públicos os seus elogios ao governador (O DIA, 04 nov. 1927, p. 2).

A participação desses membros da oposição estadual no mencionado evento foi enxergada pelos críticos de Munhoz da Rocha como a evidência de que havia um projeto político em

23 As adesões eram realizadas no Palácio do Comércio, localizado na cidade de Curitiba. Nesse imóvel também estava instalada a sede da Associação Comercial do Paraná (O DIA, 20 abr. 1927, p. 4). Havia, pois, um marcante vínculo entre o PDP e a ACP. Houve dois próceres do PDP, David Carneiro e João Guimarães, que ocuparam a presidência daquela entidade no começo dos anos 1920 (O DIA, 03 jul. 1923, p.1).

andamento. Tal projeto consistia na criação de um partido composto pelos aliados do governador. Nessa época, esse mandatário encontrava resistências no PRP aos seus projetos eleitorais. Por consequência, os citados oposicionistas seriam os agentes da implantação desse partido. O jornal *O Dia*, aliado de primeira hora do PDP, manifestou-se contrário à aproximação entre esses antigos adversários. Ao mesmo tempo, esse órgão de oposição salientou que a morte do presidente do partido motivou a desorganização e a extinção daquela grei (O DIA, 04 nov. 1927, p. 2).

O partido idealizado por Munhoz da Rocha não foi criado. Em 1928, esse indivíduo se elegeu senador pelo PRP. Nesse pleito, a oposição paranaense não apresentou candidatos (GAZETA DE NOTÍCIAS, 30 mai. 1928, p. 10). Tal situação é uma evidência de que a extinção do PDP foi sucedida por uma época de falta de unidade e baixa competitividade eleitoral da oposição estadual. Acerca dos destinos políticos de lideranças desse partido após a Primeira República, atente-se à Tabela 3:

Tabela 3 – Atuação política e profissional dos membros da Comissão Organizadora do Partido Democrático Paranaense (posterior a 1930)

Nome	Profissão	Total de mandatos exercidos após 1930	Total de derrotas eleitorais ocorridas após 1930	Total de cargos comissionados exercidos após 1930	Posição no campo político estadual após 1930
Antônio Augusto de Carvalho Chaves	Advogado	1	0	3	Situação
Antônio Jorge Machado Lima	Servidor público federal	2	1	3	Situação
Benjamin Batista Lins de Albuquerque	Advogado	0	1	3	Oposição
Francisco Xavier Teixeira de Carvalho	Advogado	0	0	1	Situação
Ulisses Falcão Vieira	Advogado	2	0	2	Oposição

Fontes: A REPÚBLICA (PR); DIÁRIO DA TARDE (PR); O DIA (PR); DIÁRIO DO COMÉRCIO (PR).

A retomada de uma aliança política entre alguns dos dirigentes dessa grei ocorreu durante a campanha presidencial de 1930. Nesse contexto, Antônio Jorge Machado Lima e Francisco Xavier Teixeira de Carvalho participaram do Comitê Cívico Pró-Getúlio Vargas. (O DIA, 04 jan. 1930, p. 1). Nos dias imediatamente posteriores à deposição do presidente Washington Luís, três fundadores do PDP (Benjamin Lins, Carvalho Chaves e Ulisses Vieira) manifestaram seu apoio ao Governo

Provisório e ao interventor federal que assumira o Governo do Paraná (O DIA, 12 out. 1930, p. 4).

Por um lado, cabe salientar que o apoio que os dirigentes do PDP conferiram à campanha presidencial de Getúlio Vargas não lhes permitiu retomar o protagonismo na liderança da oposição paranaense. Nesse contexto, eles não desempenharam funções análogas na campanha realizada pela Aliança Liberal no Paraná. Houve apenas dois fundadores do PDP (Machado Lima e Teixeira de Carvalho) que estiveram envolvidos de forma mais consistente na coordenação dessa campanha. O fato de apoiarem o mesmo candidato em 1930 não era uma evidência de que esses antigos aliados tinham o objetivo de voltarem a exercer, em conjunto, o controle das estratégias eleitorais da oposição.

Por outro lado, convém salientar que a queda do PRP da administração estadual permitiu a esses dirigentes o acesso a cargos da administração pública. Eles permaneceram politicamente próximos durante os primeiros três anos do Governo Provisório. A partir de 1933, ao tempo da reabertura das instituições legislativas, voltaram a se apartar. Portanto, a época posterior ao fim da Primeira República permaneceu marcada, no Paraná, pelas instáveis alianças entre as antigas lideranças estaduais da oposição.

Um grupo de dirigentes do PDP participou da criação de uma agremiação estadual de apoio ao interventor Manuel Ribas (1873-1946). Criada em 1933, tal agremiação era denominada Partido Social Democrático do Paraná. Antônio Jorge Machado Lima e Antônio de Carvalho Chaves fizeram parte dessa grei (O DIA, 15 fev. 1933, p. 1). De outro lado, Benjamin Lins e Ulisses Vieira se vincularam a uma agremiação oposicionista, o Partido Social Nacionalista (O DIA, 18 mai. 1935, p. 8).

Os fundadores do PSN ocuparam cargos comissionados no Governo Paranaense nos decênios de 1930 e 1940. Os esquemas de nomeações que funcionaram no Paraná em tal contexto não preteriram os integrantes de partidos de oposição. A participação nesses esquemas foi o modo pelo qual indivíduos politicamente ativos ao tempo da Primeira República recuperaram, ainda que de forma limitada, a capacidade de interferir nos assuntos da administração estadual (DAGOSTIM, 2011).

Em resumo, as informações contidas na Tabela 3 evidenciam que o principal benefício obtido pelos membros do PDP que apoiaram a ascensão de Getúlio Vargas à Presidência da República consistiu na nomeação para cargos comissionados. De outra parte, os dirigentes do PDP que após o ano de 1930 conquistaram um número maior de mandatos eletivos eram aqueles que se filiaram ao novo partido situacionista.

Considerações finais

O estudo aqui empreendido sobre os processos de formação e desagregação do PDP permite a formulação de quatro constatações. Primeiro, compete salientar que a criação desse partido permitiu, por um curto período, a união entre uma parte dos membros históricos do campo oposicionista. A oposição estadual, no fim dos anos 1920, possuía um nível de organização interna suficiente para promover, no contexto de uma eleição, o recrutamento de correligionários e a fundação de diretórios.

A segunda constatação é referente ao fato de que a criação do PDP não ocasionou uma mudança na natureza das interações entre os membros históricos do campo oposicionista. As relações políticas entre os oposicionistas eram circunscritas a um período eleitoral. Ao término desse período, havia a interrupção do projeto de consolidar ampla base eleitoral para a oposição estadual. O PDP se enquadra em uma linhagem de partidos oposicionistas que funcionaram, no Paraná, como um comitê eleitoral. Tratava-se, pois, de um cenário marcado pela baixa estabilidade das alianças existentes entre os oposicionistas. A extinção de agremiações de oposição era ocasionada por fatores como as derrotas eleitorais e a disputa pelo controle da gestão dos diretórios. Em virtude desses fatores, o PDP não completou um ano existência.

A terceira constatação afirma que tal agremiação era controlada por indivíduos que estavam acomodados na condição de oposicionistas havia mais uma década. A criação do PDP, portanto, foi um movimento articulado por políticos veteranos. A finalidade dessa agremiação era construir uma estrutura partidária e uma base eleitoral para que os seus candidatos pudessem apresentar suas candidaturas em condições mais estáveis do que os postulantes avulsos. Mais precisamente, o PDP buscou elevar o grau de competitividade eleitoral dos candidatos de oposição. O malogro desse projeto resultou na desorganização da oposição estadual durante os últimos três anos da Primeira República. A queda competitividade eleitoral dos oposicionistas foi uma consequência dessa desorganização.

A quarta constatação salienta que existiu uma analogia entre a ação eleitoral do PDP e a dos oposicionistas que atuaram em outros estados brasileiros no fim dos anos 1920. Mais precisamente, este artigo destacou a convergência das formas de atuação política de indivíduos que, no decorrer da Primeira República, migraram para o campo oposicionista de seus estados de origem. O reconhecimento dessa convergência é uma contribuição que este trabalho buscou oferecer ao estado da arte sobre a vida política brasileira na referida época.

Nesse contexto, uma das formas de ação eleitoral da oposição paranaense era o lançamento de candidatura única a deputado federal. A finalidade dessa prática era impedir que os eleitores da oposição dispersassem seus votos entre candidatos pouco competitivos. Tal constatação se coaduna

com aquela apresentada por Vítor Fonseca Figueiredo para o caso do Estado de Minas Gerais. Em suma, nota-se que as oposições de distintos estados não possuíam a força política necessária para almejar o controle integral das vagas para os cargos do Poder Legislativo.

No período em tela, outra característica da oposição paranaense era a disposição de contestar, junto à Comissão de Verificação de Poderes da Câmara dos Deputados, a vitória eleitoral dos situacionistas. De modo análogo aos estudos de Jaqueline Zulini e Paolo Ricci, este artigo demonstrou que os episódios de contestação de resultados eleitorais são evidências de uma efetiva polarização política nos estados. Na tentativa de combater candidaturas governistas, o PDP empregou estratégias amplamente utilizadas por situacionistas dissidentes que buscaram permanecer ativos no jogo partidário de seus estados.

Fontes²⁴

A República (PR)

Anais da Câmara dos Deputados (1912-1915)

Diário do Comércio (PR)

Gazeta de Notícias (RJ)

Jornal do Brasil (RJ)

O Dia (PR)

Referências bibliográficas

ABREU, Alzira Alves de (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2015.

ALVES, Alessandro Cavassin. *A Província do Paraná (1853-1889): a classe política, a parentela no Governo*. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2014.

ANTONACCI, Maria Antonieta. *RS, as oposições e a Revolução de 23*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.

ARRUDA, Larissa Rodrigues Vacari de. *Disputas oligárquicas: as práticas políticas das elites mato-grossenses (1892-1906)*. São Paulo: Ed. da UFSCar, 2015.

ATHAIDES, Rafael. *As paixões pelo sigma: afetividades políticas e fascismos*. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2012.

BARBOSA, Luciano Senna Peres. *Viva o povo de Juiz de Fora: eleições e estratégias discursivas*

²⁴ As fontes aqui empregadas estão disponíveis no sítio eletrônico da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional: <<http://memoria.bn.br>>

na Primeira República. Juiz de Fora: Ed. da UFJF, 2013.

CASALECCHI, José Ênio. *O Partido Republicano Paulista: política e poder (1889-1926)*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CHACON, Vamireh. *História dos partidos brasileiros*. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1981.

CHARLE, Christophe. A prosopografia ou biografias coletivas: balanço e perspectivas. In: HEINZ, Flávio (Org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2010, p. 41-54.

COSENZA, Apoená. *Um partido, duas táticas: uma história organizativa e política do Partido Comunista Brasileiro (PCB), de 1922 a 1934*. Tese (Doutorado em História Social), Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.

DAGOSTIM, Maristela Wessler. *A República dos Conselhos: um estudo sobre a transformação do perfil da elite política paranaense (1930-1947)*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2011.

DANTAS, José Ibarê. *Os partidos políticos em Sergipe, 1889-1964*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

DIETRICH, Ana Maria. *Nazismo tropical? O Partido Nazista no Brasil*. Tese (Doutorado em História Social), Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

FANAIA, João Edson de Arruda. *Elites políticas em Mato Grosso na Primeira República*. Cuiabá: Ed. da UFMT, 2010.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A Reação Republicana e a crise política nos anos 1920. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 9-23, 1993.

_____. *Em busca da Idade de Ouro: as elites políticas fluminenses na Primeira República (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro/Edições Tempo Brasileiro, 1994.

FIGUEIREDO, Vítor Fonseca. *Voto e competição política na Primeira República: o caso de Minas Gerais*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2016.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *História e Teoria dos partidos políticos no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1974.

GRANATO, Natália Cristina. O Partido Democrático Paranaense: um estudo sobre os capitais familiares e sociais de seus dirigentes. *Revista do Núcleo de Estudos Paranaenses*, Curitiba, v. 4, n. 1, p. 36-55, 2018.

LEVI, Darell E. *A família Prado*. São Paulo: Cultura 70, 1977.

LEVI-MOREIRA, Sílvia. *Liberalismo e democracia na dissidência republicana paulista: estudo sobre o Partido Republicano Dissidente de São Paulo, 1901-1906*. Tese (Doutorado em História

Social). Universidade de São Paulo. São Paulo, 1991

LEVINE, Robert. *A velha usina: Pernambuco na federação brasileira (1889-1937)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

LYNCH, Christian Edward Cyril. *Da Monarquia à Oligarquia: História institucional e pensamento político brasileiro (1822-1930)*. São Paulo: Alameda, 2014.

LOVE, Joseph. *A locomotiva: São Paulo na federação brasileira (1889-1937)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

MONTENEGRO, Abelardo. *Os partidos políticos no Ceará*. Fortaleza: Editora da Universidade Federal do Ceará, 1980.

NICOLAU, Jairo. *História do voto no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

PINTO, Surama Conde Sá. *Só para iniciados: o jogo político na antiga capital federal*. Rio de Janeiro: Mauad, 2011.

PRADO, Maria Lígia Coelho. *A democracia ilustrada: o Partido Democrático de São Paulo, 1926-1934*. São Paulo: Ática, 1986.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. *Formação da Estrutura de Dominação em Minas Gerais: O Novo PRM (1889-1906)*. Belo Horizonte: UFMG/Proed, 1982.

RICCI, Paolo; ZULINI, Jaqueline Porto. Partidos, competição política e fraude eleitoral: a tônica das eleições na Primeira República. *Dados*, Rio de Janeiro, vol. 57, n. 2, p. 443-479, 2014.

SAMPAIO, Consuelo Novais. *Os partidos políticos da Bahia na Primeira República: uma política de acomodação*. Salvador: Ed. da UFBA, 1978.

SACCOL, Tassiana Maria Parcianello. Dissidências intrapartidárias e estratégias de inserção política: os casos de Homero Batista e Joaquim Francisco de Assis Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, n. 153, 2017, p. 99-117.

SARMENTO, Sílvia. *A Raposa e a Águia: J. J. Seabra e Rui Barbosa na política baiana da Primeira República*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2009.

SOUZA, Lucas Massimo Tonial Antunes de. *A profissionalização da oligarquia no Brasil: um estudo sobre a estrutura da carreira política de senadores na Primeira República*. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2018.

STONE, Lawrence. Prosopografia. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 115-137, junho de 2011.

VANALI, Ana Christina. *“Ao povo paranaense”*: a vida do cidadão Manoel Corrêa de Freitas. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2017.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. A década de 20 e a gênese das ideias autoritárias no Brasil: o jovem Francisco Campos. In: PAREDES, Marçal de Menezes et. al. (Org.). *Dimensões do poder*:

GOMES, Sandro Aramis Richter. Coligação de elites estaduais e ação eleitoral de opositoristas: os processos de criação e dissolução do Partido Democrático Paranaense (1926-1927).

história política e relações internacionais. Porto Alegre: Ed. da PUC-RS, 2015, p. 115-134.

_____. *O Teatro das Oligarquias*: uma revisão da política do “café com leite”. 2ª ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

WIRTH, John. *O fiel da balança*: Minas Gerais na federação brasileira (1889-1937). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

WITTER, José Sebastião. *O Partido Republicano Federal (1893-1897)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.